Caros Senhores Deputados,

Sabemos que o Orçamento Geral do Estado vai ser discutido dentro de dias e, para nós reformados é importante que saibam a nossa opinião.

Quando lemos as vossas propostas, ficamos com a ideia que não conhecem os graves problemas com que nos confrontamos e, por isso, enviamos este documento que vos ajudará certamente a definir melhores soluções, caso entendam tê-lo em conta.

O Caderno Reivindicativo do MURPI para 2026 foi elaborado tendo em conta que, no último ano, a vida dos reformados não viu melhoras, apesar dos bónus com que este governo, à semelhança do anterior, nos quis cativar, em vez de aumentar todas as reformas como era justo e necessário.

E se o ano passado, esse aumento já era urgente, hoje, impõe-se uma resposta imediata aos problemas e carências que marcam a vida da grande maioria dos reformados e pensionistas, uma vez que o aumento do rendimento das pensões não tem acompanhado o aumento do custo de vida.

Por outro lado, são os mais idosos que sentem os efeitos do ataque aos serviços públicos, bem patente no que ao Serviço Nacional de Saúde respeita, da crise da habitação, que, nas principais cidades do País, os tem desalojado em favor do Alojamento Local, assim como no aumento das prestações dos lares.

É urgente inverter esta política que tem empobrecido fortemente os reformados e pensionistas e suas famílias e alterar a forma injusta da distribuição do rendimento nacional que não favorece os mais desprotegidos.

Apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos, ficando a aguardar que percebam a necessidade imperiosa de melhores dias para os reformados, salientando mais uma vez que consideramos direitos e não dádivas

Isabel Gomes

Presidente da Direção da Confederação Nacional

Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI

--

11º CONGRESSO - 30 DE NOVEMBRO 2025 - FÓRUM LISBOA

11.º GONGRESSO

CADERNO REIVINDICATIVO PARA 2026

O Caderno Reivindicativo do MURPI para 2026 foi elaborado tendo em conta que, no último ano, a vida dos reformados não viu melhoras, apesar dos bónus com que este governo, à semelhança do anterior, nos quis cativar, em vez de aumentar todas as reformas como era justo e necessário.

E se o ano passado, esse aumento já era urgente, hoje, impõe-se uma resposta imediata aos problemas e carências que marcam a vida da grande maioria dos reformados e pensionistas, uma vez que o aumento do rendimento das pensões não tem acompanhado o aumento do custo de vida.

Por outro lado, são os mais idosos que sentem os efeitos do ataque aos serviços públicos, bem patente no que ao Serviço Nacional de Saúde respeita, da crise da habitação, que, nas principais cidades do País, os tem desalojado em favor do Alojamento Local, assim como no aumento das prestações dos lares.

É urgente inverter esta política que tem empobrecido fortemente os reformados e pensionistas e suas famílias e alterar a forma injusta da distribuição do rendimento nacional que não favorece os mais desprotegidos.

Em 2026 assinalam-se os 50 anos de promulgação da Constituição das República Portuguesa que consagra os direitos, pelos quais os idosos, os reformados e os pensionistas, organizados nas suas associações, muito lutaram. É imprescindível que todos saibamos defender a Constituição da República Portuguesa das ameaças que pairam sobre ela, pois ela é a matriz dos direitos de que ainda hoje desfrutamos, ou seja, a liberdade de associação, o direito à participação social, política e cultural, o direito a envelhecer com mais saúde, mais qualidade de vida, mais segurança, mais alegria, tranquilidade e fruição saudável dos tempos livres.

O ano de 2026 tem de se caracterizar pela defesa da Paz Mundial com forte condenação da guerra e do genocídio, tal como estatui a Constituição da República Portuguesa.

Há 48 anos, o MURPI afirmou, no seu 1.º Encontro, que «**Só o Portugal de Abril**, **respeitará o Outono da Vida**. É este lema nos continua a nortear e é com esta determinação que vamos continuar a nossa ação, lutando pela ampliação da unidade e coesão dos reformados, pensionistas e idosos, pela melhoria das suas condições de vidas, pela valorização do seu movimento associativo, por soluções políticas que assegurem um envelhecimento ativo e com direitos e por uma vida de progresso e de Paz.

Neste caderno explicitamos as medidas que consideramos indispensáveis para serem contempladas no Orçamento de Estado para 2026, assim como na ação do Governo e da Assembleia da República, no quadro das suas competências.

O MURPI exige uma pensão de reforma que permita satisfazer as necessidades essenciais e assegurar a sua independência e dignidade; uma prestação de serviços de saúde apropriadas; apoio social, educativo, cultural bem como ocupação de tempos livres, através de infraestruturas e serviços de apoio adequados.

Assim **o MURPI exige**:

Reformas e Pensões

- **AUMENTO DE 5% PARA TODAS AS PENSÕES, NUM MÍNIMO DE 75 €**

O MURPI, ao propor um aumento mínimo 75,00 euros e 5% em todas as pensões, está a exigir que seja feita justiça aos reformados que trabalharam uma vida inteira para o desenvolvimento do país e têm o direito a viver condignamente e qualidade de vida.

- Valorizar os montantes das pensões mínimas do regime previdencial com a introdução de dois novos escalões: dos 36 aos 40 anos e outro para os com mais de 40 anos de contribuições;
- Valorizar o Complemento Solidário para Idosos, de modo a que valor de referência deva atingir o valor do limiar de pobreza a atribuir em 12 meses;
- Atualizar os escalões de IRS de acordo com o valor da inflação e redução das respetivas taxas introduzindo dois novos escalões;
- Criar de um cabaz de produtos de bens essenciais com valores fixos e isentos de IVA assim como a reposição do IVA nos 6% na eletricidade, gás natural e gás de botija;

Habitação

Exige-se a garantia de habitação para todos a preços compatíveis com o nível económico dos portugueses, sendo imperativo:

- Travar a especulação imobiliária;
- Disponibilização de casas a preços acessíveis para arrendamento ou compra, reforçando a oferta no parque público de Habitação, na Construção Social e Cooperativa;
- Luta por condições dignas de habitabilidade para todos;

Lares e apoio Domiciliário

É fundamental a existência de infraestruturas e serviços que garantam o conforto, a segurança e a estabilidade dos mais idosos, assim é necessário:

- Alargar a Rede de Lares através da criação de uma rede pública, construída e gerida pela Segurança Social, com a garantia de cobertura nacional, de igualdade de acesso com justiça social e qualidade de serviços;
- Garantir a valorização das carreiras profissionais e da formação permanente dos profissionais do setor.
- Ampliar os serviços de apoio aos idosos, no âmbito dos Acordos de Cooperação, para que sempre que estes o desejem, possam permanecer nas suas casas;
- Valorizar as carreiras profissionais e a formação permanente dos profissionais do setor.

Saúde

Fator chave do bem estar e da qualidade de vida dos idosos é imperativo que seja:

- Garantido o direito a médica/o e a enfermeira/o de família a todos os reformados, pensionistas e idosos, independentemente do local onde habite;
- Assegurado o acesso aos meios de diagnóstico na proximidade das zonas de residência;
- Dada particular atenção à resposta pública no âmbito da saúde mental;
- Assegurada a gratuitidade dos medicamentos, para doenças crónicas;
- Alargada a rede de cuidados continuados e a rede de cuidados paliativos.

Mobilidade

Fundamental para a garantir uma vida dinâmica com autónoma, obriga a:

- Efetuar o mapeamento territorial de carências de equipamentos de modo a ser rápida e comoda a deslocação dos mais idosos;
- Modernizar e eletrificar as diversas linhas ferroviárias e os ramais entre povoações;
- Equipar os meios de transporte de modo a facilitar a entrada e a saída;
- Alargar o passe intermodal a todo o País a custo zero, para todos os reformados;
- Criar uma rede de transporte de doentes não urgentes, para os centros de saúde e hospitais, em parceria com os serviços de bombeiros;
- Dar uma atenção especial à mobilidade pedonal.

Cultura e Desporto

É essencial que as instituições e equipamentos tenham a qualidade e disponham de meios e técnicos adequados, sendo prioritário

- Garantir apoios financeiros à ação das associações, para que possam manter a sua atividade, e que outros grupos culturais possam ser criados em todo o País;
- Garantir financiamento as Universidades e Academias Séniores;
- Alargar a gratuitidade na entrada nos museus, palácios, recintos desportivos e monumentos nacionais para reformados, pensionistas e idosos, a todos os dias da semana;
- Promover a conceção de descontos a reformados, em espetáculos subsidiados pelo Estado.

Movimento associativo

O movimento associativo é a base da sustentabilidade de muitos serviços de apoio à comunidade sénior, de que se realçam os centros de dia e os centro de convívio. Para assegurar a dinâmica e qualidade destes serviços importa:

- garantir o reconhecimento pelo Estado do importante e insubstituível trabalho desenvolvido pelas Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos, no apoio às necessidades da comunidade;
- Reforçar o financiamento das associações de reformados, pensionistas e idosos no âmbito dos acordos de cooperação já existentes com os centros de dia, centros de convívio e de apoio domiciliário;
- Criar linhas de financiamento dirigidas à manutenção, reparação e construção de edifícios e equipamentos;
- Criar linhas de financiamento para formação de pessoal com vista à concretização de projetos de atividades nas áreas social, lúdica e cultural;
- Alargar o estatuto de dirigente associativo ao dirigente das associações de reformados, pensionistas e idosos.

A Segurança Social pública, Solidária e Universal não pode ser considerada um privilégio, mas um direito, e a sua sustentabilidade garantida sem recurso á privatização; a diversificação das fontes de financiamento e a cobrança das dívidas são fundamentais.

1 de outubro de 2025

A Direção do MURPI

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS
RUA OVAR 548 1.º C – 1950-214 LISBOA | TELEF: 218 596 081 | murpi@murpi.pt | www.murpi.pt